

# **AVALIAÇÃO DA QUADRIENAL (2013-2016) - ÁREA DE EDUCAÇÃO NA CAPES: Reflexões para os Mestrados Profissionais da Educação**

**EMILIA PEIXOTO VIEIRA**

Professora Adjunta da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC. Departamento de Ciências da Educação. Doutora em Educação pela Unicamp. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação - PPGE/UESC. OrcID: <https://orcid.org/0000-0001-9718-742X> E-mail: [emilcarl28@hotmail.com](mailto:emilcarl28@hotmail.com)

## **RESUMO**

Este artigo discute a Avaliação Quadrienal (2013-2016) na Área de Educação da CAPES, associando às análises ao contexto histórico dos Mestrados Profissionais em Educação, a partir da aprovação na CAPES. Analisa a posição do Programa de Pós-graduação em Educação – PPGE, da Universidade Estadual de Santa Cruz/UESC, nesse contexto nacional e seu impacto regional e local; e os procedimentos adotados nesta Quadrienal, apontando algumas reflexões ao próximo quadriênio CAPES - 2017-2020. Utilizamos como instrumentos para coleta de informações as experiências enquanto consultora CAPES, coordenadora de Programa de Pós-graduação e participações em fóruns da área. As análises demonstram que estamos



em um momento profícuo e importante para aprofundar o debate e construir parâmetros mais adequados para a avaliação dos Programas Profissionais.

**Palavras Chave:** Avaliação CAPES; Mestrado Profissional; Educação.

**A EVALUACIÓN DEL CUADRIENAL (2013-2016) - ÁREA DE EDUCACIÓN EN LA CAPES:  
Reflexões para los Maestros Profesionales de la Educación**

Este artículo discute la Evaluación Quadrienal (2013-2016) Área de Educación de la CAPES, asociando a los análisis al contexto histórico de los Másters Profesionales en Educación, a partir de la aprobación en la CAPES. Hace el análisis de la posición del Programa de Postgrado en Educación – PPGE, del la Universidade Estadual da Santa Cruz/UESC, en este contexto nacional y su impacto regional y local, y los procedimientos adoptados en este Cuadrienal, apuntando algunas reflexiones al próximo quadrienio CAPES - 2017-2020. Utilizamos como instrumentos para colecta de informaciones las experiencias como consultora CAPES, coordinadora de Programa de Post-graduação y participaciones en foros del área. Los análisis demuestran que estamos en un momento provechoso e importante para profundizar el debate y construir parámetros más adecuados para la evaluación de los Programas Profesionales.

**Palabras-clave:** Evaluación CAPES; Maestría Profesional; Educación.

**EVALUATION OF THE QUADRENNIAL (2013-2016) - EDUCATION AREA IN CAPES:  
Reflections for the Professional Masters of Education**

This article discusses the Quadrennial Evaluation (2013-2016) of the CAPES Education Area, associating the analyzes to the historical context of the professional masters in education, after approval in CAPES. It analyzes the position of the Postgraduate Program in Education - PPGE of the State University of Santa Cruz / UESC, in this national context and its regional and local impact, and the procedures adopted in the evaluation of the quadrennial, pointing some reflections to the next quadrennium CAPES - 2017-2020. We used as tools to collect information the experiences as consultant CAPES, coordinator of Postgraduate Program in Education and participations in forums in the area. The analyzes show that we are at a good and important time to deepen the debate and to build more adequate parameters for the evaluation of Professional Programs.

**Keywords:** CAPES Evaluation; Master's Degree; Education.

## **A VALIAÇÃO DDA QUADRIENAL (2013-2016) - ÁREA DE EDUCAÇÃO NA CAPES: Reflexões para os Mestrados Profissionais da Educação**

### **Introdução**

Finalizamos um Quadriênio CAPES 2013-2016 de avaliação da Pós-graduação stricto sensu da área de Educação, em que muitas lições e desafios se colocaram a Pós-graduação. Para os Mestrados Profissionais em Educação os desafios estão ainda maiores diante da necessidade de evidenciar para a sociedade e comunidade científica sua função e importância no cenário da Pós-graduação brasileira.

A instituição de um fórum específico de discussão dessa modalidade de pesquisa – o Fórum Nacional dos Programas de Pós-graduação Profissionais, FOMPE<sup>1</sup> - tem ajudado a elucidar dúvidas a respeito de sua existência, potencialidades e importância na formação e melhoria educacional de todos os níveis e modalidades da educação brasileira, principalmente na educação básica.

Neste texto procuro elencar o contexto histórico dos Mestrados Profissionais em Educação, a partir da aprovação na CAPES, a posição do PPGE da Universidade Estadual de Santa Cruz/UESC nesse contexto nacional e seu impacto regional e local, e os procedimentos adotados na avaliação quadrienal (2013-2016), apontando algumas reflexões ao próximo quadriênio CAPES (2017-2020).

### **1. A consolidação dos mestrados profissionais em educação (MPEs)**

Depois de aprovado na área da Educação CAPES, a abertura de Mestrados Profissionais em Educação, em 2009, muitas universidades públicas tiveram (e têm) dúvidas sobre essa modalidade de pesquisa cumprir com responsabilidade formação de quadros com vistas à melhoria da educação brasileira e, ao mesmo tempo, fazer ciência, tecnologia e inovação.

---

<sup>1</sup> Para saber mais, consultar site do FOMPE: <http://www.fompe.caedufjf.net/>. Cabe destacar que aí se encontram os Relatórios produzidos nas reuniões do fórum, os quais apontam as necessidades e conquistas dos Programas Profissionais em Educação de todo o Brasil.

O debate também gerou incertezas sobre o fato de criar novos cursos de Pós-graduação stricto sensu sem apontar recursos para que estes apresentem suas ações e, delas mostrem resultados. Como resolver os sérios problemas da Educação Básica, com a formação em Mestrado Profissional em Educação, sem torná-lo uma reprodução da vida acadêmica e da pesquisa “científica”. As dúvidas também suscitaram questionamentos sobre como seria a realização desses Mestrados? Qual(is) seria(iam) o(os) produto(s)/formatos oriundos do estudo desses trabalhos?

Nascia no Brasil o Mestrado Profissional pela Portaria Normativa 07 de 22 de junho de 2009 (BRASIL, 2009a), posteriormente revogada em 28 de novembro de 2009, pela Portaria Normativa 17 (BRASIL, 2009b), assim como o preconceito sobre essa modalidade, pois, para vários pesquisadores da área, seria o rebaixamento da pós-graduação stricto sensu. De acordo com o site do FOMPE

No período de 2009 a 2013 houve inúmeras críticas sobre os MPE e os Documentos publicados pela CAPES e pela ANPED expressam essas tensões, pois oferecer um MPE é redimensionar a flexibilização do Modelo de Pós-Graduação stricto sensu no Brasil, neste caso na área de Educação. Porém, flexibilizar não significa abrir mão do rigor científico e acadêmico, mas pensar em cursos de Pós-graduação a partir de novas perspectivas que agreguem as dimensões epistêmicas e preposições interventivas nos espaços educativos formais ou não formais (FOMPE, 2018).

Tais questionamentos e críticas levaram a um grupo de professores a chamar a atenção para necessidade de discutir essa modalidade de pesquisa, pois, a partir de 2010, tornou-se realidade no cenário da educação brasileira. A discussão gerou a necessidade de construir uma identidade dos Mestrados Profissionais na Área de Educação/MPE; ao mesmo tempo, apresentar perspectivas de definições para o aperfeiçoamento do modelo CAPES de avaliação de Programas de Pós-graduação dessa modalidade (ANPED-FORPRED, 2013).

O primeiro Programa de Mestrado Profissional em Educação data de 2009 – Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, na Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF; e o segundo foi o Programa de Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, na Universidade do Estado da Bahia – UNEB, em 2010. De acordo com o Documento de área Educação, na Trienal de 2013 eram nove cursos de Mestrado Profissional e, em Setembro de 2016, eram quarenta e quatro cursos (aumento de 388,9%), distribuídos em quarenta e uma Instituições de Ensino Superior – IES, por todo o Brasil (CAPES, 2016), como mostra a Tabela 1.

**Tabela 1:** Programas de Pós-graduação, no Brasil – ano 2016..

Total de Programas de pós-graduação					Totais de Cursos de pós-graduação			
Total	ME	DO	MP	ME/DO	Total	ME	DO	MP
172	54	0	44	74	246	128	74	44

**Fonte:** CAPES, 2016.

**LEGENDA:** ME: Mestrado Acadêmico - DO: Doutorado - MP: Mestrado Profissional - ME/DO: Mestrado e Doutorado.

Em 2014, foi criado o Fórum Nacional dos Mestrados Profissionais em Educação (FOMPE),

Como espaço importante às discussões sobre os Programas de Mestrados Profissionais em Educação – MPE. À época o Brasil comportava 25 Programas, todos com imensa necessidade de discutir suas angústias, desafios, perspectivas e singularidades; bem como especificidades que envolvem o funcionamento dos Mestrados Profissionais, especialmente na Área de Educação (FOMPE, 2018).

À época, aconteceu o I FOMPE, recepcionado pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em Salvador/BA. Nesse encontro foi constatada a necessidade de reuniões anuais para encaminhamentos de demandas próprias dessa modalidade; bem como levantamento de possibilidades e de parcerias com outros órgãos, associações, fóruns, Secretarias e Ministérios (FOMPE, 2018).

O FOMPE é um Fórum sem fins lucrativos, que congrega os Programas de Pós-graduação stricto sensu – Mestrados Profissionais em Educação – integrando coordenadores, professores e estudantes vinculados aos Programas; e tem por finalidade a divulgação e difusão do conhecimento científico e acadêmico, na Área, bem como fortalecer a discussão sobre o Estatuto da Educação e a identidade dos Programas de Profissionais em Educação, e suas funções prioritárias na formação de profissionais da Educação (FOMPE, 2018).

Dentre seus objetivos podemos destacar: incentivar a pesquisa aplicada nos espaços educacionais, desenvolvendo propositivas e intervenções à realidade de cada espaço pesquisado; aproximar a Universidade da comunidade, superando os discursos analíticos sobre a escola e

seu funcionamento; ampliar as reflexões e estudos sobre a Educação como área prioritária nas instâncias superiores da CAPES e do MEC através dos impactos sociais que estes Programas poderão desencadear na comunidade escolar e para além dela (FOMPE, 2018).

O FOMPE tem sido um espaço importante para difundir a identidade coletiva dos Programas Profissionais na área de Educação, promovendo, constantemente, o estreitamento do diálogo com Ministério da Educação, CAPES, ANPED e FORPRED Nacional.

O primeiro passo do FOMPE, nesse contexto, foi realizar estudos sobre os Programas Profissionais, além de reivindicar espaço nas diferentes instâncias de deliberação e decisão, como CAPES, ANPED e FORPRED – regional e nacional. Outro ponto de discussão, que gerou e gera muitos debates, está relacionado ao desenvolvimento das atividades dos Programas: definição das Produções Técnicas da Área, delimitações das características necessárias do trabalho de Conclusão de Curso, Financiamento e rede colaborativa entre os Programas.

Em 2015, foi realizado o II FOMPE na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), na cidade de Juiz de Fora/MG – um encontro que possibilitou novos encaminhamentos, socializações de experiências com a pesquisa na Pós-graduação stricto sensu.

Em 2016, o III FOMPE aconteceu na Universidade Nove de Julho (UNINOVE), em São Paulo, e teve a participação ampliada com professores de novos Programas autorizados pela CAPES. Um dos destaques dessa reunião foi a sistematização da proposta da Ficha de Avaliação encaminhada à CAPES para a quadrienal 2013-2016. A ficha foi um instrumento importante e decisivo na avaliação dos Programas Profissionais, respeitando as especificidades, sem abrir mão do rigor científico e acadêmico dos cursos de Pós-graduação stricto sensu.

Para atender as demandas e avaliar o que foi a Quadrienal 2013-2016 para os Programas Profissionais, em 2018 foi realizado o IV FOMPE, na Universidade do Estado da Bahia/UNEB, em Salvador. Nesse encontro, com a presença do novo Coordenador da Área de Educação – CAPES, o professor Dr. Robert Verhine (UFBA), com a presença da ex-Coordenadora Adjunta da Área Educação, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Tânia Hetkowsk (UNEB) e o coordenador do FORPRED, Prof. Dr. João Batista Carvalho (UECE). Neste encontro, foram discutidos os resultados e desafios postos ao próximo período de avaliação da Pós-graduação.

Diferentes questões foram elencadas para o contexto da próxima Quadrienal (2017-2020): aprofundamento sobre pesquisas aplicadas, intervenções e formatos do trabalho (produto); aprimoramento da Ficha de Avaliação; reafirmar a importância do coordenador Adjunto dos

Programas Profissionais; conseguir a nota máxima 5 dos Programas, considerando que não se tem Doutorado; avaliação do PNPG (2011-2020); discussão sobre Doutorado Profissional, considerando a natureza profissional; inserção social; internacionalização; retomar ações sobre a avaliação da produção técnica, com parâmetros e estratos; discussão sobre os impactos dos Programas Profissionais; sistema de avaliação de egressos.

Em entrevista a ANPED, sobre os Programas Profissionais Tania Hetkowsk assinala que,

Avaliamos esta experiência, ainda jovem, através de elementos positivos no que se refere a formação de profissionais da educação, a produção de trabalhos que permitem a inserção e impacto social, a exploração da pesquisa aplicada, a imersão nas escolas e em outros espaços educacionais, o efetivo compromisso da universidade com a escola e, as possibilidades de trabalho colaborativo entre alunos e professores de diferentes níveis de ensino (ANPED, 2017).

Com essas palavras, a professora ressalta a importância dos Programas Profissionais para a Educação Básica e a relação da Universidade com a comunidade, evidenciando que as intervenções, as pesquisas aplicadas, têm gerado impactos sociais que não podem ser desconsiderados.

Na mesma entrevista a professora ressalta desafios para a consolidação dos mestrados profissionais e, mesmo após a finalização da Quadrienal (2013-2016), persistem e precisam ser discutidos na área, como: o desconhecimento do funcionamento dos Programas Profissionais e de suas singularidades pelas instâncias da CAPES e do CTC; falta de recursos financeiros (bolsas ou de apoio a eventos, publicações, viagens entre outros) (ANPED, 2017).

Com a renovação da coordenação de área Educação da CAPES, em 2018, essas questões certamente serão retomadas, discutidas e avaliadas, principalmente pensando o atual Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) e, de modo particular, o modo como a área de Educação tem funcionado e a ele respondido.

## **2. Reflexões sobre Mestrados Profissionais em Educação: a experiência do PPGE UESC**

O Programa da UESC - Formação de Professores da Educação Básica – está na área de concentração em processos de alfabetização e gestão de sistemas educacionais, e conta com duas linhas de pesquisa: Alfabetização e Práticas Pedagógicas e Políticas Educacionais. Desde sua implantação, em 2013, vem se constituindo um *stricto sensu* no Sul da Bahia de extrema importância para formação de professores da Educação Básica.

Em uma região que apresenta um baixo desempenho educacional e um alto índice de analfabetismo, este Programa se direciona para a formação continuada de professores da região, a fim de melhorar os resultados do IBGE. A criação do mestrado teve como justificativa a realidade em que muitos municípios avaliados pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), em 2009, encontravam-se entre o grupo de piores índices nacional de qualidade da educação, a exemplo, das cidades de Jussari, que obteve nota 1,8; e Itapitanga 1,9 na qualidade de ensino da 5ª a 8ª séries. Verificam-se, também, nas duas maiores cidades da Região, Itabuna e Ilhéus, a nota no exame do Ensino Fundamental Anos Iniciais 4,0 e 3,7, respectivamente; e do Ensino Fundamental Anos Finais, 2,9 e 3,1, respectivamente.

Apesar dos avanços educacionais registrados nos últimos tempos, inclusive na região, ainda enfrentam-se graves problemas nesta área. Persistem e veem se arrastando e se acumulando, os altos índices de analfabetismo e da subescolarização da população baiana, negra e nordestina. Segundo dados divulgados no último Censo do IBGE (2010), Ilhéus contava com quase 35 mil analfabetos. E, destes, exatamente, 18.203 pessoas, em idade entre 15 e 24 anos, não sabem ler, nem escrever. Quanto ao município de Itabuna foram computadas 32.794 pessoas que não sabem ler, nem escrever, sendo 17.413 na faixa de idade de 15 a 24 anos.

Com esse cenário na região, o desafio do PPGE UESC, foi de demonstrar o seu grau de conscientização e seu papel político e transformador, porque atenta às necessidades da população e demandas regionais, por formação profissional emergente. Desse modo, o Programa tem a preocupação de fazer cumprir, não apenas o papel da UESC, mas também, atuar em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica/DCNs (2006; 2015), quando enfoca que a formação inicial e continuada do professor exige que a universidade pública se volte (e não que dê as costas) para a educação básica. Assim, a melhoria da qualidade da Educação Básica depende da formação de seus professores, o que decorre, diretamente, das oportunidades oferecidas aos docentes.

Da criação do Programa, até o ano de 2017, foram defendidas 45 Trabalhos de Conclusão Finais de Curso - TCFC. Nesses trabalhos, têm sido pesquisadas as políticas públicas e a formação de professores para a Educação Básica, com o objetivo do fortalecimento e a articulação da Educação. Tem contribuído para o aprofundamento teórico-metodológico sobre a leitura e a escrita na alfabetização, com desenvolvimento de ações/intervenções para cotidianos escolares, qualificação das políticas e práticas educativas implementadas na região no enfrentamento de fatores relacionados à qualidade da educação básica e formação continuada.

As pesquisas têm proporcionado disseminar conhecimentos, por meio de eventos técnico-científicos locais, regionais e nacionais, contribuindo para a qualidade acadêmico-científica das publicações e das intervenções. As atividades desenvolvidas têm possibilitado a consolidação de grupos de pesquisa das linhas de pesquisa do Programa.

Com a visibilidade e o impacto social do PPGE/UESC, bem como sua importância para o desenvolvimento da região, foi munindo o grupo de professores para o aperfeiçoamento do trabalho, aliando aos objetivos de um MPE.

Em dezembro de 2017, foi finalizado o processo da Quadrienal 2013-2016, e o PPGE UESC obteve nota 4. Considerando que a nota máxima dos Programas Profissionais é 5, foi um resultado importante e bastante comemorado por todos. Na avaliação docente e discente, representou um período intenso de trabalho e de experiências acumulativas. Contudo, o próprio grupo reconhece que esta Quadrienal foi importante para a autoavaliação do Programa, principalmente com as questões que precisam enfrentar.

No PPGE UESC, um seminário interno entre docentes e discentes, foi um momento importante para o grupo discutir os tópicos da avaliação realizada pela CAPES como forma de tomar decisões e promover ações conjuntas. Momento em que várias dúvidas foram elucidadas, e os problemas expostos, deveriam ser solucionados coletivamente.

### **3. Compreender a Quadrienal CAPES 2013-2016 na área de Educação**

A avaliação da Quadrienal 2013-2016 se baseia, quase exclusivamente, nas informações dadas pelos Programas, por meio do Relatório Anual postado na Plataforma Sucupira, e é realizada por uma equipe de consultores, composta com bastante representatividade nacional.

Todos os Programas são avaliados e revisados por essa Equipe. Os Tópicos da Avaliação são formados por Quesitos - Proposta do Programa; Corpo Docente; Corpo Discente, Teses e Dissertações; Produção Intelectual; e Inserção Social.

Cada quesito possui subitens, com indicadores e pesos diferentes. Na Quadrienal 2013-2016 os pesos foram distribuídos da seguinte maneira:

- Proposta do Programa: sem peso na Nota Final;
- Corpo Docente: 15%, no Acadêmico; 20%, no Profissional;
- Corpo Discente: 35%, no Acadêmico; 25%, no Profissional;
- Produção Intelectual: 35% na Nota Final;
- Inserção Social: 15%, no Acadêmico; 20%, no Profissional.

Os Conceitos e Notas são organizados de forma que cada indicador, item e quesito resultassem, na avaliação, em um conceito: Muito Bom = 5; Bom = 4; Regular = 3; Fraco = 2; e Insuficiente = 1. A partir dessas notas equivalentes aos conceitos, e considerando os pesos, é calculado o resultado.

No entanto, existem travas no regulamento da Avaliação Quadrienal CAPES:

A concessão da Nota 4 será para Programas que tenham alcançado, no mínimo, conceito BOM em pelo menos três quesitos, incluindo necessariamente, os quesitos 3 e 4; A concessão da Nota 5 será para Programas que tenham obtido conceito MUITO BOM em pelo menos quatro dos cinco quesitos, entre os quais deverão figurar necessariamente os quesitos 3 e 4 (CAPES, 2016).

**Tabela 2:** Exemplo de um Resultado Final – Nota Programa Profissional.

Quesitos	Peso	Conceitos
1. Proposta do Programa	-	MB
2. Corpo Docente	20	MB
3. Corpo Discente, Teses e Dissertações	25	B
4. Produção Intelectual	35	MB
5. Inserção social	20	MB
<b>NOTA</b>		4 (Bom)

**Fonte:** Quadro elaborado pela Comissão de Consultores CAPES, 2017.

**Tabela 3:** Exemplo de Resultado Final - Nota Programa Profissional

Quesito	Peso	Nota	Nota Normalizada
1	0%	5	0
2	20%	5	1
3	25%	4	1
4	35%	5	1,75
5	20%	5	1
<b>NOTA</b>			<b>4,75</b>

**Fonte:** Quadro elaborado pela Comissão de Consultores CAPES, 2017.

O último exemplo acima indica para Muito Bom, portanto, de acordo com os critérios, a Nota deveria ser 5. A trava impede o Programa ser 5, principalmente porque a concessão da Nota 5 está prevista para “Programas que tenham obtido conceito MUITO BOM em pelo menos

quatro dos cinco quesitos, entre os quais deverão figurar necessariamente os quesitos 3 e 4<sup>2</sup> (CAPES, 2016). Neste exemplo, no quesito 3, o Programa obteve Bom, por isso não pode atribuir 5<sup>2</sup> para o Programa, desse modo, a nota final é 4 (quatro).

Quanto à avaliação discente, destacam-se alguns elementos importantes que foram considerados. A questão dos prazos para defesa: adotou-se a mediana, o que diminui a pressão sobre os estudantes. No entanto, mesmo com a mediana, os Programas devem cuidar deste dado, que evidencia o fluxo estudantil e o acúmulo de orientação. Assim, no quadriênio, um Programa muito bom foi aquele em que, pelo menos, a metade mais um de seus egressos de mestrado tenham defendido em até 30 meses (inclusive). Essa avaliação serviu para Programas Acadêmicos e Profissionais e, em até 48 meses (inclusive), no caso de Doutorado.

O prazo para os bolsistas foi calculado de forma parecida à avaliação feita em 2013, considerando o percentual de bolsistas que defenderam até 30 meses (inclusive) no Mestrado (Acadêmico e Profissional), e em até 48 meses (inclusive) no Doutorado. O Programa foi muito bom se, pelo menos, 75% alcançaram este indicador de tempo de conclusão, em cada nível.

Quanto à produção bibliográfica discente, a avaliação recaiu no cálculo do percentual de alunos que publicaram artigos, livros, capítulos ou verbetes. O Programa muito bom foi aquele em que, pelo menos, 35% (Acadêmico) ou 30% (Profissional) dos seus alunos publicaram. Outro indicador sobre a produção discente foi a média da produção bibliográfica e técnica dos alunos. O Programa muito bom foi aquele com média de um produto por estudante.

Foi considerada na avaliação a participação e vinculação dos estudantes em algum projeto de seu orientador. O Programa Muito Bom foi aquele em que, pelo menos, 50% (Acadêmico) ou 45% (Profissional) dos projetos de pesquisa tenham a participação discente.

Quanto a Produção Intelectual, a regra adotada foi a de oito produtos. Esta questão gerou polêmica, pois, para muitos a regra foi mudada no meio do processo (apesar dessa opção favorecer a área). No entanto, para outros pesquisadores, essa mudança significou uma iniciativa de indução para a qualidade e não a quantidade das produções. A média por docente/ano, considerando o critério dos oito produtos equivalentes foi de 155,2 pontos (Acadêmicos) e 105,6 pontos (Profissionais).

---

2 Esse quesito gerou e gera muita polêmica, pois ainda não foi criado Doutorado profissional em Educação. Esse foi uma argumentação do CTC-CAPES para não conceder nota 5 a alguns Programas Profissionais.

A publicação endógena (em periódicos da própria universidade) foi penalizada quando se mostrou maior que 15% (Acadêmicos) e 22% (Profissionais) da produção de artigos do Programa.

#### **4. Lições do processo da Quadrienal 2013-2016 para o próximo período**

Não cabe, aqui, destacar todas as reflexões apresentadas pelas diferentes instâncias como ANPED, FORPREd, FOMPE, FORPROF, e a própria CAPES. Mas elencamos algumas reflexões importantes para o enfrentamento no próximo período da Quadrienal 2017-2020, para os Programas Profissionais.

Na última Quadrienal, a métrica e os procedimentos adotados foram aqueles dos Programas Acadêmicos. Se há semelhanças entre Mestrados Acadêmicos e Profissionais, é importante de considerar as diferenças significativas, e as singularidades dos Mestrados Profissionais.

Mesmo com o reconhecido e o importante avanço no Documento de Área para os Mestrados Profissionais, ainda é necessário tornar mais precisos: os conceitos de produto (ou formato) de conclusão do Mestrado Profissional; a natureza das pesquisas desenvolvidas nesta modalidade (pesquisas aplicadas, interventivas); os produtos oriundos dos trabalhos realizados; o aperfeiçoamento sobre os oito produtos nos Programas Profissionais, de forma a atender a natureza profissional; como valorizar a produção técnica e tecnológica, livros didáticos (pensar a classificação de alguns estratos para área Educação); aperfeiçoar a integração entre a Plataforma Lattes e a Plataforma Sucupira; como incluir as dissertações e seus formatos; definição do Doutorado Profissional na área Educação; definição sobre inserção social – critérios e indicadores e o impacto; internacionalização, tendo em vista a restrição de recursos.

Das questões apresentadas, até aqui, a que inspira cuidado, trata-se do financiamento dos Programas Profissionais, tendo em vista a ausência de subsídio do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP).

O ponto de convergência entre pesquisadores da Área é que precisamos reforçar os canais de comunicação e os momentos de diálogo entre Coordenadores de Programa, Editores de periódicos, ANPED e Coordenação de Área. Precisamos, também, constituir mecanismos para escuta e diálogo com os estudantes de Pós-graduação da Área. De uma maneira geral, estamos em um momento profícuo e importante para aprofundar o debate e construir parâmetros mais adequados para a avaliação dos Programas Profissionais em Educação.

## REFERÊNCIAS

ANPED. FORPRED. *Relatório das condições e perspectivas dos Mestrados Profissionais na área de Educação*. Documento do FORPRED. Goiânia, 29 set 2013.

\_\_\_\_\_. *Entrevista com Tânia Hetkowisk - Mestrados Profissionais*. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/news/entrevista-com-tania-hetkowisk-mestrados-profissionais>>. Acesso em: 05 maio 2018.

BRASIL. *Portaria Normativa nº 7, de 22 de junho de 2009*. Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Brasília, 2009a.

\_\_\_\_\_. *Portaria Normativa nº 17, de 28 de dezembro de 2009*. Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Brasília, 2009b.

CAPES. *Documento de Área Educação*. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES. Diretoria de Avaliação. Brasília, 2016.

FOMPE. *Fórum Nacional dos Mestrados Profissionais em Educação*. Disponível em: <<http://www.fompe.caedufjf.net/>>. Acesso em: 05 maio 2018.